

# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA ESTADO DE SÃO PAULO

# INDICAÇÃO № 277

Indico ao Senhor Prefeito Municipal, para que envie a esta Casa Legislativa, Projeto de Lei Complementar, que conceda <u>isenção</u> de <u>IPTU</u> aos contribuintes que adotarem animais resgatados, oriundos de abrigos conveniados ou cadastrados junto ao Poder Público Municipal, conforme minuta de lei anexa.

### **JUSTIFICATIVA**

A presente medida tem como objetivo incentivar a adoção responsável de animais, especialmente cães e gatos, promovendo o bem-estar animal e reduzindo a superlotação de abrigos e centros de controle de zoonoses. Além disso, representa uma forma inovadora de política pública que associa benefícios fiscais à responsabilidade social e ambiental, e que já vem sendo aplicada em outros municípios.

Cumpre salientar, que a isenção seria condicionada à adoção formal, com registro junto aos órgãos competentes, acompanhamento veterinário, e apresentação periódica de comprovantes de quarda responsável.

Na certeza de contar com o apoio de Vossa Excelência, reitero protestos de elevada estima e consideração.

SALA DAS SESSÕES VEREADOR DARIO GOMES DE OLIVEIRA EM, 16 DE OUTUBRO DE 2025.

JEDSON R. PANEGASSI BARBOSA VEREADOR

# PEDREIRA POCOCOCOCO PEDREIRA PEDREIRA

# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

### ESTADO DE SÃO PAULO

## MINUTA DE PROPOSTA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR № \_/2025

Dispõe sobre a concessão de desconto no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aos contribuintes que adotarem animais de estimação oriundos de instituições ou feiras de adoção reconhecidas pelo Poder Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Pedreira, estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder desconto no valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para os contribuintes que comprovarem a adoção de animal(is) de estimação oriundos de:

I – Canis e/ou gatis públicos municipais;

II – Instituições, ONGs ou associações de proteção animal cadastradas junto ao
 Município;

III — feiras de adoção promovidas ou reconhecidas oficialmente pelo Poder Público Municipal.

Artigo 2º O desconto de que trata o artigo anterior será estabelecido pela administração municipal e calculado sobre o valor total do IPTU do exercício seguinte ao da adoção, limitado a uma única concessão por imóvel e por exercício fiscal.

- §1º. A adoção deverá ter ocorrido no exercício anterior ao do pedido de desconto.
- §2º. O percentual do desconto será definido por decreto do Poder Executivo, podendo variar conforme o número de animais adotados, com limite máximo a ser estipulado em regulamento.

**Artigo 3º** Para obtenção do desconto, o contribuinte deverá apresentar, junto ao órgão competente da Prefeitura, os seguintes documentos:



### CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

### ESTADO DE SÃO PAULO

- I Cópia do comprovante de adoção emitido por entidade reconhecida, contendo identificação do animal, data da adoção e dados do adotante;
- II Cópia de documento pessoal do adotante;
- III comprovante de residência vinculado ao imóvel beneficiado;
- IV Documento do imóvel (matrícula ou carnê do IPTU);
- V Declaração de que o animal está sob sua guarda e em boas condições de saúde e bem-estar.

Artigo 4º O benefício será cancelado e o desconto revogado caso se comprove o abandono, maus-tratos ou qualquer forma de descumprimento das obrigações do adotante, conforme legislação vigente.

Parágrafo único O contribuinte que tiver o benefício revogado por motivo de abandono ou maus-tratos ficará impedido de solicitar novo benefício por um período de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Artigo 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

**Artigo 6º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do exercício seguinte ao da regulamentação.

Sala das Sessões vereador Dario Gomes de Oliveira, em 15 de outubro de 2025.

PREFEITO MUNICIPAL